

Desvios chegaram a US\$ 1,9 mi

A CPI do Orçamento descobriu que o suplente de deputado Feres Nader (PTB-RJ) desviou US\$ 1,973 milhão das subvenções sociais da União destinadas ao Instituto Antônio Belino Rodrigues Leite, de Bananal, cidade de 11 mil habitantes, na divisa de São Paulo com o Rio. O instituto foi criado por Feres Nader — que depôs ontem na CPI — e familiares. Dos recursos desviados, o correspondente a US\$ 298,2 mil foi usado na compra de dólares, da agência de turismo Cambitur, de Júlio Martins Vilaça.

“O que leva a concluir sobre o desvio do dinheiro para a compra de dólares é a ligação da Cambitur com a Distribuidora de Alimentos Cravan Ltda., sem registro na Junta Comercial, também de Vilaça”, disse o deputado Aloízio Mercadante (PT-SP). A conta bancária da Cravan é movimentada por Júlio Martins Vilaça, que tem como única propriedade registrada a Cambitur. Por causa das irregularidades verificadas no Instituto Antônio Belino, Feres Nader responde a ação na Justiça por estelionato e formação de quadrilha com os parentes.

Perseguição — O instituto foi fechado por sentença da juíza Regina Aparecida Caro, em 9 de dezembro de 92. Diligências feitas pela Receita Federal encontraram apenas uma casa de seis cômodos, onde deveria funcionar o instituto. Quatro peças estavam vazias. Nas duas outras foram encontradas duas escri-

vaninhas e uma poltrona. Feres Nader disse ter recorrido da sentença e chegou a afirmar que inimigos da família estão perseguindo o instituto. Eles seriam chefiados por Sebastião Diniz, sogro de um irmão.

Fundado em 1986, o Instituto Antônio Belino (nome do avô de Feres Nader) é um empresa familiar. O presidente é Ercy Teodoro, cunhado; o vice Carlos Nader, filho; o tesoureiro Antônio Belino, primo; e o coordenador do conselho fiscal Elias Nader, irmão, prefeito de Bananal. O terreno do instituto, onde deveria ser criado um centro de tratamento de drogados, foi vendido pelo próprio Feres Nader ao cunhado Jacy Teodoro, que depois o repassou para o irmão Ercy Teodoro.

Venda — No processo de dissolução do instituto, feito pela Justiça de São Paulo, a perícia constatou que o terreno foi vendido pelo cunhado de Feres Nader para a entidade por valor sete vezes maior que o valor real. “Foi a forma encontrada pelo suplente de deputado para tentar justificar o uso do dinheiro público recebido do Governo Federal”, disse o deputado Luís Máximo (PSDB-SP). Como houve recurso ao Tribunal de Justiça, a sentença de fechamento do instituto ainda não foi cumprida. Apesar de a sede ser em Bananal, as testemunhas que depuseram no processo afirmaram não saber onde funcionava a entidade.